

## **O CAMPO JORNALÍSTICO E A NARRATIVA SOBRE DROGAS - ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL G1 PERNAMBUCO**

**Neide Queiroz de Andrade<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa acerca da cobertura sobre drogas no G1 Pernambuco feita a partir de metodologias como análise de conteúdo, análise de fotografia e entrevista estruturada. A partir das problematizações bourdieusianas relacionadas a campo, *habitus* e capital, observa-se a estrutura da notícia e o motivo pelo qual se torna notícia. A conclusão é de que, apesar de as notícias sobre drogas não apresentarem critérios de noticiabilidade importantes para ocupar espaço nos jornais, essa prática foi estruturada como um *habitus* no campo jornalístico em Pernambuco, que rege e é regido pelas trocas de capital simbólico, ou seja, pela legitimidade dos atores que falam e calam, assim como os seus discursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pierre Bourdieu; habitus, notícia; campo jornalístico; capital simbólico.

### **THE JOURNALISTIC FIELD AND THE NARRATIVE ON DRUGS – ANALYSIS OF THE PORTAL G1 PERNAMBUCO COVERAGE**

### **ABSTRACT**

This article presents the result of a research about the coverage on drugs in G1 Pernambuco made from methodologies such as content analysis, photography analysis and structured interview. From the Bourdieusian problematizations related to the field, habitus and capital, it is possible to observe the structure of the news and the reason why it becomes news. The conclusion is that, although the news about drugs does not present important criteria of news to occupy space in the newspapers, this practice was structured as a habitus in the journalistic field in Pernambuco, which governs and is governed by exchanges of symbolic capital, that is to say, for the legitimacy of the actors who speak and keep silent, as well as their speeches.

**KEYWORDS:** Pierre Bourdieu; habitus, news; journalistic field; symbolic capital.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho faz uma análise de conteúdo de uma reportagem do portal G1 Pernambuco veiculada em fevereiro de 2021 sobre uma apreensão e prisão por tráfico de drogas e, além da análise de conteúdo, utiliza, também, os métodos de análise de fotografia e de entrevista estruturada. O objetivo é trazer problematizações acerca do campo jornalístico no conceito bourdieusiano para observar as valorações de determinadas ideologias como um meio para adquirir capital simbólico. Devido à

---

<sup>1</sup> É formada em comunicação social, com habilitação em jornalismo, especialista em direitos humanos e metrandia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Pandemia da Covid-19 e de a pesquisa ter sido realizada em período de quarentena instituído pelo Governo de Pernambuco, a entrevista não teve como ser realizada presencialmente. Por isso, o questionário foi enviado por e-mail e as respostas também por esse mesmo canal.

A análise da cobertura da política de drogas se faz necessária porque é uma política estrutural, que tangencia outras como a de segurança pública, o sistema de justiça criminal, educação, assistência social e saúde, ao gerar consequências como o aumento da violência, do trabalho infantil e do encarceramento (FIORE, 2012). Dessa forma, é importante observar o que se tem falado sobre o assunto e quais as significações atribuídas a ele para identificar a ideologia dominante presente naquele discurso.

### **IDENTIFICAÇÃO DAS NARRATIVAS LEGÍTIMAS**

Para análise do texto, utilizamos a metodologia da análise de conteúdo, tomando como base a estrutura da pirâmide invertida, uma regra de redação jornalística na qual as informações mais importantes devem entrar no topo do texto (PENA, 2020). A partir daí, tomaremos a forma do texto jornalístico como algo fixo e regrado. Por isso, não serão postas luzes sobre os aspectos sintáticos que nos responderiam “como” o texto foi escrito, porque já temos essa estrutura na regra da pirâmide invertida. Queremos, antes, saber “o que” foi escrito no texto, pondo luz sobre as questões semânticas do conteúdo (BAUER E GASKELL, 2002). Sabendo, então, que a forma do texto é necessária para compreender o que é tido como importante para ocupar não apenas o espaço do jornal, mas as primeiras linhas do texto, queremos identificar o que é interpretado como importante, ou seja, legítimo e, relacionalmente, ilegítimo nas ocorrências sobre drogas.

A partir daí, podemos observar os fatos que são mais legitimados na cobertura jornalística sobre drogas, assim também como os que são vistos como menos interessantes a ponto de não aparecerem, seja pela estrutura da redação ao apurar as informações, seja por uma questão de posicionamento dos jornalistas que produzem a notícia. Partiremos, então, para compreender as significações que são dadas aos agentes que compõem o fato noticiado. Essas significações são dados importantes para problematizações futuras acerca da narrativa punitivista na imprensa.

Além disso, para construção da análise, faz-se importante olhar para o contexto sobre drogas e destacar pelo menos uma das disputas dadas nessa área ligada à segurança pública, entre a ideologia punitivista, que pauta a política proibicionista e a guerra às drogas; e as pautas alinhadas ideologicamente com um antipunitivismo, ligado a uma desmilitarização da polícia e ao antiproibicionismo, em contraponto à guerra às drogas. Esses dois campos travam debates em espaços públicos - tais como universidades, órgãos de controle social, entre outros - entretanto, as narrativas ideologicamente alinhadas ao antipunitivismo têm dificuldade para aparecer nos jornais, como veremos adiante. Dessa forma, a abordagem proibicionista aparece como uma verdade estabelecida porque vem sem questionamentos, é tida como certa, enquanto o texto colocado vem como fruto de uma possível liberdade de expressão, por estar veiculado na imprensa, e nos leva a pensar o porquê de apreensões de drogas e prisões de pessoas serem consideradas notícias, já que não têm abrangência, nem mexem com pessoas públicas, não trazem escândalos, nem apresentam novidades, como seriam fatores que, atribuídos aos fatos, os legitimariam para virar uma notícia (TRAQUINA, 2008).

Ao olhar para o texto veiculado pelo Portal G1 Pernambuco, na reportagem intitulada “PM apreende 100 quilos de maconha e prende dois suspeitos de tráfico na Zona Norte do Recife”, observa-se uma matéria construída, basicamente, com informações da Polícia Militar, sem questionamentos sobre os fatos e um completo silenciamento sobre as consequências da recorrência dessa prática policial - a prisão de pessoas devido ao tráfico de drogas.

PM apreende 100 quilos de maconha e prende dois *suspeitos de tráfico* na Zona Norte do Recife

Segundo a Polícia Militar, equipes encontraram tabletes da droga dentro de um carro e em uma casa, em Chão de Estrelas, na Campina do Barreto, nesta quarta (10).

Dois homens foram *presos em flagrante*, nesta quarta (10), em uma ação *contra o tráfico de drogas*, na Zona Norte do Recife. Segundo a Polícia Militar, as equipes apreenderam cerca de 100 quilos de maconha.

Ainda de acordo com a PM, os dois homens foram levados para a Central de Plantões, na área central da capital pernambucana. Eles não tiveram os nomes divulgados e foram *autuados por tráfico de drogas*.

A operação teve início quando equipes do 13º Batalhão da PM foram acionados para uma ocorrência na comunidade de Chão de Estrelas, no bairro da Campina do Barreto, na Zona Norte.

Os integrantes do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) do batalhão estavam realizando rondas na comunidade, quando receberam informações sobre a presença de pessoas que estavam “*em atitude suspeita*” em um carro preto com placa de Alagoas.

O veículo, informou o major Enésio, subcomandante do batalhão, foi encontrado na frente de uma casa. Dentro do veículo, os PMs encontraram 23 tabletes de maconha.

“Na casa, havia mais 110 tabletes da droga”, disse o oficial. Segundo ele, a residência era usada como ponto para armazenamento do entorpecente.<sup>2</sup>

Observa-se, ainda no título da reportagem, a relação de causa e consequência entre a apreensão de drogas e a prisão dos dois suspeitos. Nos dois primeiros parágrafos, o motivo “tráfico de drogas” aparece estabelecendo mais uma vez a relação. O restante da reportagem mostra a operação da polícia militar ao realizar rondas na comunidade e encontrar o que a reportagem chama, entre aspas, de atitude suspeita. O uso das aspas pode indicar a necessidade de colocar as palavras com uma assinatura da Polícia Militar e não do jornal, já que a atitude suspeita exige tanto uma interpretação e um julgamento, quanto, ainda, estar presente no momento. Na primeira frase do primeiro parágrafo, a informação do flagrante é colocada, o que pode chamar atenção para o leitor, por ser um fato, aparentemente, não muito comum, o que nos leva a crer que a informação foi colocada devido ao maior critério de noticiabilidade, ou seja, por ser uma informação considerada importante pelo jornalista que, em seu campo, tem a legitimidade de dizer o que o público precisa saber para ficar informado (TRAQUINA, 2008). Além disso, a afirmação do flagrante pode levar à significação de não haver questionamentos a se fazerem sobre o assunto, já que aconteceu o flagrante, ou seja, foi um fato testemunhado pela autoridade policial. Vemos, aí, uma relação que estabelece como critério de noticiabilidade<sup>3</sup> os interesses da corporação policial. Isso se expressa no uso da informação do flagrante como algo importante a ponto de ser colocado no início do texto, e também suas possíveis interpretações – de que existe uma

<sup>2</sup> Fonte: G1 Pernambuco. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/02/10/pm-apreende-100-quilos-de-maconha-e-prende-dois-suspeitos-de-traffic-na-zona-norte-do-recife.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2021, grifo meu.

<sup>3</sup> Os critérios de noticiabilidade são definidos em Traquina (2008) como elementos simbólicos atribuídos aos fatos que os elejam para virar uma notícia e ocupar espaço nos veículos jornalísticos.

competência da polícia naquela realização, de que os “suspeitos” teriam mais dificuldade de sair livres, devido à informação do flagrante. Destacar essa informação no topo do texto é, dessa forma, favorável às corporações que praticam políticas proibicionistas, isso porque favorece o discurso simplista e dicotômico de uma guerra às drogas na quais supostos mocinhos e bandidos se enfrentam, quando a realidade é mais complexa e envolve problemáticas como o racismo estrutural e a criminalização da pobreza. Enquanto os grandes conglomerados de mídia justificam escolha dos fatos noticiados por uma questão técnica e do que é intrinsecamente notícia ou não, tal como se os jornais narrassem a realidade como é (PENA, 2020), temos, no texto, o silenciamento de pautas antiproibicionistas, que disputam em movimentos sociais com questionamentos sobre a efetividade e execução das leis de drogas, tal como o Gabinete de Assessoria Jurídica Popular (Gajop), a Marcha da Maconha em Pernambuco, a Rede de Feministas Antiproibicionistas (Renfa), entre outros.

Neste estudo empírico, temos o lado do jornalista que discursa e o do dono do jornal que o emprega; assim como, na política de guerra às drogas, temos um grupo que morre e outro que vive, com marcadores sociais como raça e classe influenciando a equação. É preciso observar, no entanto, a complexidade do conceito de “classe” para além da lógica marxista da relação com os meios de produção, mas, principalmente, aos símbolos de prestígio nos diversos campos que legitimam ou deslegitimam determinados grupos por meio dos seus elementos de distinção nos códigos simbólicos de cada campo.

Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva. (BOURDIEU, 2017. p. 164).

Dessa forma, o *habitus* vai interferir nas trocas de capital simbólico e influenciar diretamente na disposição de classes. O *habitus* funciona como um sistema de disposições incorporadas para um conjunto de práticas dentro de um determinado campo, que desenvolverá os estilos de vida. O conceito bourdieusiano funciona de forma a estruturar o campo que está posto e também a ser estruturado por esse campo. Por isso, ao analisar o *habitus* jornalístico, não podemos olhar apenas para o campo em

suas características estruturais – a organização da redação com poucos profissionais, o fortalecimento das assessorias de imprensa e relacionamentos estreitos com essas assessorias – precisamos olhar, também, para a figura do jornalista que, para além de incorporar o *habitus* estruturado no campo – que traz uma maneira de escrever, narrar e ver o mundo (TRAQUINA, 2008) – também estrutura o *habitus* dentro do campo, com o seu posicionamento de classe, sua visão de mundo, seu capital cultural.

Uma questão a ser problematizada, entretanto, é a de que existem mecanismos de manutenção da ordem social que legitimam determinados capitais culturais para inserção no campo jornalístico. É o caso, por exemplo, da exigência de conhecimento em língua inglesa na seleção dos empregados, um capital cultural geralmente incorporado por classes dominantes e exigidos nas seleções das principais redações do Recife, como TV Globo, G1 Pernambuco e Sistema Jornal do Comércio de Comunicação. Dessa forma, apesar de o *habitus* jornalístico ter a característica de ser, também, incorporado pelos agentes que acessam o campo, se não houver diversidade nessas posições de classe e visões de mundo diferenciada dos agentes que compõem o campo, não haverá mudanças estruturais significativas no *habitus*, que, no que diz respeito à cobertura sobre drogas, traz consigo práticas narrativas punitivistas e que não mostram os posicionamentos diferenciados que disputam na sociedade.

Na prática desse *habitus*, temos os manuais de jornalismo, dentro do campo, que ensinam a colocar as informações mais importantes no início do texto. A chamada técnica de pirâmide invertida, citada anteriormente, retira a narrativa cronológica do fato para colocar na primeira parte não o que aconteceu primeiro, mas sim o que essa “fórmula” julga mais importante, o uso do chamado *lead* no primeiro parágrafo, respondendo as seguintes perguntas para o fato noticiado: o que? Quem? Onde? Como? Quando? Por quê? (PENA, 2020). O que não se tem, neste formato, é a afirmação do conteúdo que seria mais importante ou não para afirmar no *lead*, já que deve variar de um fato para o outro. Mas o *habitus*, sistema de disposições incorporadas para formação dos estilos de vida, será influenciado pelo campo jornalístico e também pela posição de classe e visões de mundo desenvolvidas pelos agentes nas suas trajetórias. Cabe, aqui, as influências do campo e as estruturas dos jornais, assim como os traços adquiridos na trajetória dos agentes, formando, assim, um *habitus* jornalístico, estruturando e sendo

estruturado pelo campo. Esse *habitus* é o que definirá as respostas dos jornalistas às perguntas para formação do *lead*.

Temos, então, observando o título, subtítulo e *lead* da matéria, as respostas para as nossas perguntas. Quem? *A PM*. O que? *Apreende 100 kg de maconha e prende dois suspeitos*. Por quê? *Por tráfico de drogas*. Onde? *Na Zona Norte do Recife*. Como? *Dentro de um carro / Em flagrante*. Quando? *Nesta quarta (10)*. Dessa forma, podemos entender que a prisão de pessoas é justificada pela prática do tráfico de drogas e também que a informação do flagrante é tida como algo importante. A PM como agente ativo no título do texto indica, também, um protagonismo da corporação e importância dada a ponto de aparecer na manchete. Os fatos, entretanto, não são novos, nem mesmo inesperados, quando observamos as recorrências desses casos. Entre todos os valores-notícia citados por Traquina (2008), nenhum justifica a colocação de factoides sobre drogas parecidos como esse em tão grande escala (em 2019, o G1 Pernambuco publicou pelo menos 66 notícias parecidas sobre drogas). A interpretação voltada para os critérios de noticiabilidade pode levar o jornalista a entender que escolhe a informação colocada no texto de forma individual e com uma metodologia objetiva, gozando do direito das liberdades de expressão e de imprensa. Entretanto, os próprios critérios de noticiabilidade são subjetivos e têm sido criticados como uma prática que se coloca positivista, mas que abraça a subjetividade ideológica dominante (MORAES, 2018), travestida de objetividade e, portanto, valor de verdade.

Diante disso, percebemos a formação de um *habitus* na legitimação de um estilo de vida, que traz consigo a lógica proibicionista das corporações policiais. Essa legitimação, no campo jornalístico, dá-se na ocupação dos espaços das notícias, em dizer que um fato tem valor de ser noticiado e que aquela fonte tem informações válidas para serem veiculadas. A partir daí, temos a prática da venda de drogas assinalada como um crime, algo dado e estabelecido de forma tida como natural, sem um questionamento sobre o assunto, atribuindo ao fato noticiado um caráter de verdade absoluta, quando, na verdade, a política de drogas, como dissemos no início desta análise, é disputada por sujeitos ideologicamente alinhados com o antiproibicionismo, que põem em xeque as premissas da guerra às drogas em relação à sua eficácia (FIORE, 2012).

Para observar a produção desse enunciado na perspectiva do jornalista, colhemos informações a partir de uma entrevista estruturada com uma jornalista da redação do Portal G1 Pernambuco. Devido à impossibilidade de encontro presencial e falta de agenda para encontro remoto, um questionário foi enviado por e-mail. A entrevistada solicitou que não fosse identificada, por isso, utilizaremos o nome fictício de Camila Vaz. De acordo com informações fornecidas por essa profissional, as assessorias de imprensa das polícias civil e militar de Pernambuco mantêm grupos de *whatsapp* para divulgar suas ações para imprensa.

As polícias Civil e Militar mantêm grupos no *WhatsApp* com a imprensa local e divulgam as apreensões nesses espaços. Há, também, casos em que fontes (policiais, em sua maioria), passam para os jornalistas suas ações e, a partir daí, questionamos as assessorias. (Informação concedida via e-mail à pesquisadora em 24 de março de 2021).

A prática do grupo de *whatsapp* é considerada comum em diversas assessorias de imprensa cujo serviço é de 24h, entretanto, não pode ser naturalizada. O fato de haver um assessoria de imprensa e um grupo de *whatsapp* entre esses assessores, membros da corporação e os próprios membros da imprensa, demonstra uma facilidade maior para influenciar o campo jornalístico, demonstra a legitimidade das polícias em ser ouvidas pela imprensa, tanto por serem fontes oficiais, como, ainda, pela legitimação da cultura dominante do proibicionismo como uma cultura tida como geral, no fenômeno do *arbitrário cultural*, estudado por Bourdieu (NOGUEIRA *in* CATANI *et al.*, 2017). Além disso, conforme a informação da entrevistada, temos não apenas um grupo no qual os jornalistas perguntam sobre determinada ocorrência, mas sim um espaço que é usado para divulgar as apreensões dos policiais. Essas informações são importantes, tanto para perceber que as polícias civil e militar têm apoio profissional na assessoria de imprensa para jogar no campo jornalístico conforme as regras do jogo – atribuindo valor-notícia aos fatos que têm interesse que sejam noticiados, divulgando informações em dia e hora apropriados para maior ou menor visibilidade, a depender do interesse do assessorado etc – como, ainda, para negritar a proatividade em enviar as apreensões, demonstrando orgulho naquelas práticas.

O orgulho sobre a apreensão de drogas e de pessoas também se mostra nas fotografias divulgadas pelas corporações sobre suas ações. Analisaremos, a seguir, a fotografia divulgada pela Polícia Militar para essa reportagem em questão. Quanto à



imagem veiculada, a partir da análise de fotografia, buscamos identificar os elementos que compõem a cena, os que são destacados para montar a imagem e as possíveis significações que podem nos trazer.



PM apreendeu 100 quilos de maconha na Zona Norte do Recife, nesta quarta (10) — Foto: PM/Divulgação

Figura 1 - Fonte: Portal G1 Pernambuco

Nesta imagem, podemos observar o balcão de um local que possivelmente é a delegacia, por aparentar uma repartição pública, tanto pelos avisos colados na parede, quanto pela própria placa da Polícia Militar de Pernambuco. A atualidade da foto é comprovada pelo aviso de uso de máscaras no quadrante superior esquerdo da imagem, demonstrando a época da Pandemia da Covid-19, além da marca d'água de um aparelho celular cujo modelo foi lançado em 2020, mas o único elemento que nos garante que essa fotografia corresponde a essa notícia é a afirmação do próprio veículo jornalístico, que tem por fonte a Polícia Militar. Em primeiro plano, os tabletes com a droga apreendida aparecem organizados no balcão, junto a celulares que provavelmente também foram apreendidos. A placa da Polícia Militar de Pernambuco leva a crer que existe uma necessidade da corporação em assinar aquela operação, interpretando, dessa forma, aquela operação como algo positivo e, possivelmente, efetivo no que diz respeito à política de segurança pública. Além disso, quanto à fonte da fotografia, temos a

informação nos créditos que é a própria Polícia Militar. Observamos, também, a baixa qualidade técnica da fotografia pelo enquadramento, ao não centralizar perfeitamente a imagem e não alinhar a câmera na altura do elemento fotografado, capturando a imagem de cima. Um dedo também aparece na fotografia aparentemente sem motivos na composição daquela imagem. A marca d'água mostrando a marca do celular - que pode ser editada com certa facilidade na configuração da câmera - também demonstra o amorismo do indivíduo que capturou a fotografia. Tudo isso leva a crer, portanto, que não foi uma fotografia tirada por um profissional de comunicação ligado à Polícia Militar, mas, provavelmente, uma fotografia feita pelos próprios agentes e funcionários, com alta possibilidade de serem militares, cuja chance de se identificarem com o punitivismo é maior<sup>4</sup>, devido às práticas da corporação.

## **O CONTEXTO PARA PRODUÇÃO DO ENUNCIADO**

Analisaremos, abaixo, mais algumas colocações da jornalista Camila Vaz, do G1 Pernambuco, sobre a prática jornalística e rotina no veículo onde trabalha, para que possamos analisar o contexto da produção do enunciado. Algo que ficou marcado na fala da jornalista foram os prazos curtos para as matérias irem ao ar e, ainda, a necessidade de haver confirmação da fonte oficial sobre a informação.

O mínimo possível (de tempo para apurar as pautas), já que, tratando-se de um portal, a notícia precisa estar no ar o mais rápido possível. (...) São raros os momentos em que meu foco é em apenas uma matéria. Isso porque, por política editorial, o G1 somente publica as reportagens com confirmação de órgãos oficiais, que levam um tempo para apurar, aprovar notas e nos enviar as respostas. Por causa disso, encaixamos notas de release ou matérias mais simples no tempo em que aguardamos respostas. (Informação concedida via e-mail à pesquisadora em 24 de março de 2021).

A primeira questão diz respeito à ideia de ubiquidade jornalística de mostrar que está em todos os lugares ao mesmo tempo, abastecendo o público com informações cada vez mais novas. É comum, inclusive, que repórteres utilizem as suas contas pessoais em redes sociais como o *twitter* para dar a informação de forma resumida e

---

<sup>4</sup> Ao analisar a formação de massas psicológicas, Freud (2011) destaca o caráter militarizado do exército como algo que leva os indivíduos a pensar e agir como uma massa, de forma cada vez mais homogênea e seguindo um líder, um fenômeno que é baseado, principalmente, no afeto de identificação com os pares e com os líderes. Por isso, afirma-se que é alta a probabilidade de um agente militarizado concordar ideologicamente com a prática proibicionista, já que é o alinhamento ideológico da própria corporação – a Polícia Militar – e seus líderes.

mais rápida, buscando sempre o “tempo real” na ânsia de chegar primeiro e conseguir um furo de reportagem, o que fica cada vez mais difícil com a popularização da internet e das redes sociais, porque, assim como a comunicação se acelera, os prazos também diminuem. O furo de reportagem torna-se, portanto, um valor a ser perseguido no campo jornalístico (TRAQUINA, 2008), um veículo para capital simbólico, um símbolo de prestígio, o que, muitas vezes, sacrifica o próprio conteúdo.

É importante observar, ainda, que a prática jornalística quanto à cobertura da política de drogas que vimos acima não é algo pontual em apenas uma redação, mas é algo que se trata de um *habitus* dentro do campo formado pelos próprios profissionais, que têm a capacidade de dizer o que é ou não notícia, ou seja, o que é legítimo ou ilegítimo para se tornar notícia e ocupar espaço nessa notícia.

À medida que o tempo passa, o grupo especializa-se e os seus membros tornam-se verdadeiros “profissionais” que têm que dominar uma linguagem específica. A sua competência implica a incompetência dos “não-profissionais”. A constituição de uma categoria socialmente distinta de “profissionais” significa autonomia porque a especialização significa autoridade. (TRAQUINA, 2008, p. 20).

Por isso, observamos que a problemática posta, aqui, no discurso do G1 Pernambuco não é própria desse jornal, mas algo colocado no *ethos* profissional do jornalista, em considerar a polícia como uma fonte oficial para o discurso sobre drogas, silenciando outras vozes e discursos que disputam nesse contexto. Cabe, aqui, problematizar o motivo pelo qual se considera uma prisão de drogas como notícia sem questionamentos, já que não há grande popularidade das pessoas apreendidas na maioria dos casos, nem novidade ou questões inesperadas. Apreensão de drogas se tornou um critério de noticiabilidade nos jornais locais de Pernambuco porque se tornou um *habitus*, não porque se encaixa nos valores-notícia mapeados por Traquina como algo comum na “tribo jornalística”, que se enxerga como competente para dizer ou não o que é notícia. Essa competência, no entanto, atravessa o profissional e o indivíduo nas suas relações sociais e de classe, suas interpretações, visões de mundo e estilos de vida, definindo, portanto, sob justificativa dessa competência, quem fala e quem cala nos jornais. Ao analisar as reportagens sobre drogas durante o ano de 2017 no portal JC Online, por exemplo, temos que em 97.6% dos 206 casos analisados, o poder público foi ouvido, enquanto em 9,3% dos casos, outros membros da sociedade civil foram

ouvidos para construção das narrativas, 0,5% ouviu o suspeito do crime em questão. Em 3,4% dos casos se ouviu algum movimento social envolvido com a temática. Todas as matérias analisadas vieram acompanhadas de fotografias e as fontes dessas fotografias, em 62,1% dos casos, foram do poder público, enquanto 22,2% foram do próprio jornal ou de uma agência de notícias e em 15,8% foram de uma cortesia ou colaborador. (ANDRADE, 2018).

A partir da profissionalização e do fortalecimento do *habitus* dentro do campo jornalístico, o enfraquecimento de *habitus* alheios a esse campo também acontece, numa relação de legitimar uns e deslegitimar outros e, ao mesmo tempo, ter o poder para dizer quem fala e quem cala no espaço do jornal. A entrevistada afirma que a política editorial do G1 PE é de publicar informações apenas com a “confirmação de órgãos oficiais”, o que legitima uma determinada camada da sociedade e, por consequência, deslegitima outras, dando preferência às narrativas dos órgãos oficiais. É importante salientar, ainda, que existem fontes oficiais a serem ouvidas – tais como Universidades e pesquisadores representantes, por exemplo – que não têm o mesmo poder de inserção na imprensa que os órgãos que fazem e pautam a guerra às drogas como algo positivo.

A previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham. Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor notícia”. (TRAQUINA, 2008. p. 63).

Quanto a esses critérios de noticiabilidade, é preciso admitir que são valores socialmente construídos para o que será ou não uma notícia, que dizem respeito à interpretação do mundo, tal como a formação do gosto, analisada por Bourdieu. Além disso, a alta visibilidade das fontes oficiais ligadas à polícia se deve ao *habitus* jornalístico em contar histórias que sejam consumidas de forma fácil, numa relação de dualidade entre o bem e o mal, por exemplo, e, também, pelo conhecimento dessas características pelas figuras dos assessores de imprensa, jornalistas que assessoram empresas, pessoas físicas ou órgãos públicos a lidar com a própria imprensa.

Dessa forma, temos que as reportagens sobre drogas são emplacadas como resultado da economia de trocas simbólicas por meio da estruturação de um *habitus* no campo jornalístico em Pernambuco, que não têm valor-notícia teoricamente definido, mas conseguem acessar o campo jornalístico por meio do capital simbólico dos seus agentes – seja a legitimidade das fontes oficiais, seja a proatividade e capital social dos assessores de imprensa, ou, ainda, a facilidade em difundir o discurso punitivista, por ser alinhado a narrativas éticas e não tidas como propriamente políticas. Daí, então, o fortalecimento de narrativas dualísticas, identificando um bom e um mau, um vilão e um mocinho, o policial e o bandido. Como vimos em Traquina (2008), essa dualidade é comum na narrativa jornalística, até mesmo para conquistar os leitores. O discurso punitivista sobre drogas proporciona essa dualidade e diz à população de forma muito simples quem é bom e quem é mau. Além disso, o discurso punitivista serve a classes economicamente favorecidas. Temos, então, tanto no *porquê* emplacar notícias sobre drogas, quanto no *como* emplacar essas notícias, a atividade do capital simbólico como decisiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar uma reportagem veiculada no Portal G1 Pernambuco, cujo conteúdo era uma operação da Polícia Militar de Pernambuco, que resultou em prisão de pessoas suspeitas de comercializar drogas e, ainda, na apreensão dessas drogas. Ao utilizar as metodologias da análise de conteúdo, da entrevista estruturada e, ainda, a análise de fotografia, percebe-se a legitimação do discurso punitivista das polícias enquanto fontes oficiais para responder sobre a temática de drogas.

Questiona-se, aqui, o pressuposto jornalístico sobre objetividade e imparcialidade, defendido por grande parte da própria comunidade jornalística, com uma narrativa alinhada à da Teoria do Espelho, do século XIX, que observava o jornalismo como uma atividade que refletia exatamente as características da sociedade.

Até hoje, a comunidade jornalística defende a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração

baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos. (PENA, 2020, p. 126).

Apesar de haver método para apuração e escolha dos fatos a serem noticiados, é preciso ponderar que essas escolhas são justificadas pelo que é mais importante ou não, um fato que é subjetivo e depende, sobretudo, do que os agentes vão considerar importantes – e isso se dá por meio do *habitus* desse agente, adquirido no campo jornalístico e na sua trajetória pessoal – na legitimação de quem fala e identificação ideológica com o punitivismo das corporações policiais. A crítica que se estabelece aqui no discurso analisado é, portanto, o apagamento dos discursos de contraponto ao que está posto, alinhado com o proibicionismo.

Essa relação de legitimação de quem pode falar e quem deve calar é posta como um *habitus* no campo jornalístico, que, enquanto estrutura estruturada e estruturante, vai determinar o conjunto de práticas que regem aquele campo. Na redação do G1, como informado por nossa entrevistada em abordagem via e-mail, a política editorial é publicar com a confirmação de um órgão oficial, atribuindo um valor de verdade e de checagem de fatos a essas fontes. Valor esse jamais atribuído gratuitamente a um movimento social, por exemplo, que não tenha uma relação estabelecida entre o jornalista e a sua redação.

Além do apagamento dos discursos de contraponto no texto verbal, a fotografia demonstra, ainda, um orgulho da corporação ao demonstrar a necessidade de assinar aquela apreensão ao colocar a placa com o nome “Polícia Militar de Pernambuco – GATI”. A assinatura gratuita na fotografia pode nos levar a acreditar que aquele fato é visto como algo positivo e que a própria polícia avalia aquela operação como uma vitória, talvez até como algo efetivo, afirmação que é questionável (FIORE, 2012), devido às consequências da política de guerra às drogas. Entretanto, mais uma vez, a afirmação foi colocada, por meio da fotografia, mas não houve questionamento sobre ela.

Temos, dessa forma, uma política editorial que privilegia as falas de fontes oficiais, um discurso de reportagem pautado apenas nas fontes oficiais ligadas à polícia, uma rotina de proximidade comunicacional entre assessores de imprensa e oficiais da polícia com os membros da imprensa e, ainda, dados que demonstram uma abordagem semelhante em outro portal da mesma cidade, o JC Online. Trata-se, dessa forma, da

construção de um *habitus* jornalístico que privilegia as polícias como uma fonte legítima a falar e narrar as histórias ligadas à guerra às drogas.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, N. **Jornalismo sobre drogas: por uma cobertura pautada nos valores da democracia e dos direitos humanos.** São Paulo, SP: Intercom, 2018;

BAUER, M., & GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Editora Vozes; 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2017;

\_\_\_\_\_. **Capital Simbólico e Classes Sociais.** Novos Estudos CEBRAP, n. 96. São Paulo, jul. 2013;

CATANI, A; NOGUEIRA, M.; HEY, A. MEDEIROS, C. (Org). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017;

IORE, Maurício. **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas.** Novos estudos, São Paulo, nº 92. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a02.pdf> acesso em 5 mar 2021;

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011;

MORAES, Fabiana. **Para que serve um jornalismo de subjetividade? In: 16º Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo., 2018, São Paulo.** Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1344/899> acesso em 5 mar 2021;

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2001;

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2020;

PETERS, G. **Bourdieu em pílulas 3: introdução ao habitus.** 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/03/05/bourdieu-em-pilulas-3-introducao-ao-habitus-por-gabriel-peters/>. Acesso em 28 de setembro de 2020;

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume II – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Isular, 2008.

**Recebido em 16 de abril de 2021**

**Aprovado em 21 de maio de 2021**